

O SUBSTANTIVISMO POLANYIANO E OS MODELOS ATUAIS DE ABORDAGEM DO MERCADO NA GRÉCIA ANTIGA

*Alexandre Galvão Carvalho**

RESUMO

Os trabalhos de Karl Polanyi sobre a economia antiga têm sido uma referência para as atuais interpretações da sociedade e economia da Grécia antiga. Imerso (embedded) no seio das relações sociais, o mercado local – a ágora – é uma extensão dos interesses redistributivos da pólis, inserido no comércio administrado, diferente do mercado moderno, caracterizado pela lei da oferta e da procura. O objetivo desse artigo é repensar o modelo polanyiano sobre o mercado no mundo grego antigo, por meio de modelos atuais, questionando as características do mercado autorregulável como traço divisor entre o “antigo” e o “moderno”.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia antiga. Grécia Clássica. Karl Polanyi. Mercado.*

O papel do mercado no seio do centenário debate sobre a economia antiga ainda continua sendo motivo de contendas e reflexões. As gerações de historiadores, antropólogos, sociólogos tomam paradigmas e modelos de suas áreas de conhecimento com o objetivo de explicá-lo nas mais diversas realidades. Abordá-lo em meio ao debate da economia antiga se mostra relevante em vista do emaranhado de opiniões que compõem um quadro multifacetado, oriundas de orientações diversas, mas instigante por suas relações com a realidade em que vivemos.

Averiguar o papel do mercado no interior do arcabouço teórico de Karl Polanyi, e suas repercussões no debate da economia antiga, é o objeto

* Professor Titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em História Social pela UFF. E-mail: galvaocarvalho@uol.com.br.

central desse trabalho. O mercado é apenas um elemento do “substantivismo” polanyiano, da “economia real”, mas seu papel é central, porque diferencia o “moderno” do “antigo”. Para Polanyi, o surgimento do mercado integrador autorregulável, no século XIX, assinala, uma instituição matriz de uma grande transformação. Ele constrói uma genética histórica dessa transformação e aponta um marco divisor: o mercado criador de preços, traço do “moderno” em contraposição aos mercados “antigos”. Tal demarcação, eivada de um caráter ideológico, ocultou alguns traços das atividades econômicas desenvolvidas no mundo antigo.

O modelo polanyiano acerca da economia antiga pode ainda ser revisitado, certamente com uma atitude crítica (observando as pré-condições políticas de sua constituição), e com um olhar atencioso, a fim de se perceber seu valor heurístico em meio às novas interpretações da economia antiga, em particular, da Grécia antiga, sociedade investigada por Polanyi.

Este artigo se divide em duas partes. A primeira está reservada à apresentação da perspectiva polanyiana da grande transformação que levou à criação e consolidação do mercado autorregulável. Em seguida, na segunda parte, o modelo polanyiano de mercado local, a *ágora*, e o comércio na Grécia antiga são investigados à luz de abordagens recentes, que, sem descartar o arcabouço teórico polanyiano, repensam-no a partir de novas e antigas fontes.

O MERCADO: ENTRE O ANTIGO E O MODERNO

No livro *A Grande Transformação* – publicado em 1944, gestado entre 1941 e 1943, nos Estados Unidos, a partir das notas de cursos noturnos ministrados sobre história econômica e relações internacionais nas pequenas cidades de Kent e Sussex, na Inglaterra –, o austríaco Karl Polanyi afirmou que a sociedade do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto das anteriores, pois foi baseada no lucro. Esta sociedade teria adquirido sua maturidade na Inglaterra, na esteira da Revolução Industrial, durante a primeira metade do século XIX, e cinquenta anos depois alcançou a América do Norte. Posteriormente, alternativas similares foram modelando um padrão de vida em todos os países do Ocidente (POLANYI, 2000, p. 47).

Mostrar a oscilação de um imaginário social e instituições estruturadas pelo princípio da imersão (*embedded*) em direção a uma autonomização (*disembedded*) da economia é o objetivo do livro *A Grande Transformação*,

verdadeira genética socioeconômica, que clarifica a constituição do grande mercado e interpreta o primeiro colapso da sociedade de mercado. Polanyi também destaca que a emergência do mercado autorregulável no Ocidente moderno não é fruto espontâneo de uma evolução natural, mas o resultado de uma de ficção ideológica e de um projeto de Estado (MAUCOURANT, 2011, p. 22). Concomitantemente, argumenta que as sociedades tradicionais e os grandes impérios arcaicos resistiram fortemente à autonomização do econômico e do mercado. Daí a preeminência nas sociedades “arcaicas” da reciprocidade e redistribuição, de formas de integração que não são caracterizadas pela troca ou intercâmbio, dominadas pelo lucro, mas pelo dom e contra-dom e/ou pelos movimentos de apropriação dirigidos a um centro e posteriormente redistribuídos.

Em seu debate com os economistas neoclássicos sobre a definição de economia, Polanyi, em contraponto à ideia de que a economia se origina do caráter lógico da relação entre meios-fins – isto é, em uma série de normas que regem a escolha entre os usos alternativos de meios escassos –, afirma que “a economia é uma atividade institucionalizada de interação entre o homem e seu entorno que dá lugar a um fornecimento contínuo de meios materiais de satisfação das necessidades” (POLANYI, 1976, p. 293). Não é o processo econômico como um todo que se institucionaliza, mas sim a parte composta por ações humanas.

A abordagem polanyiana sobre a economia e o mercado faz parte de um paradigma institucionalista em economia que confere às “instituições” um significado especial. Segundo Maucourant (2007, p. 4), a instituição é o que dá estabilidade aos comportamentos individuais, condição da vida social. É, portanto, um arranjo particular das partes em relação a toda a sociedade e se refere a fatores psicológicos, sociais e econômicos. Para Maucourant, a instituição assim entendida está muito próxima do conceito de “fato social total”, desenvolvido por Mauss. Nas instituições, é possível entender as modalidades do processo de reprodução social. Nessa perspectiva, a concepção polanyiana objetiva compreender como se institucionalizam os processos de mercado, posto que o mercado, como princípio organizador da economia, não cria as condições de regulação e não tende ao equilíbrio, pois não produz espontaneamente as instituições que são a condição *sine qua non* de funcionamento dos mercados concretos. Daí a necessidade de explicar a construção social dos mercados e sua inclusão nas relações de poder.

Polanyi tratou as ações de comportamento de acordo com os princípios de reciprocidade e redistribuição e reconheceu que essas formas de comportamento estavam ligadas à existência de estruturas sociais determinadas – um exemplo característico de explicação funcional. O conceito de economia como um processo institucionalizado está ligado às tendências da Escola Institucionalista Americana e abordagens da Escola Histórica de Teoria Econômica. Seus paralelos também podem ser identificados na análise institucional da Antropologia social britânica, na qual o aspecto de integração social teve um papel central (SÁRKÁNY, 1990, p. 184-186).

O mercado, do ponto de vista da economia formal, é o lugar em que se efetua a troca, e estes dois elementos são inseparáveis. A vida econômica se reduz a atos de troca realizados por meio do regateio no mercado. Assim, a troca é a relação econômica e o mercado é a instituição econômica, mas mercado e troca têm características empíricas independentes. A troca é, em essência, um movimento mútuo de apropriação de produtos entre sujeitos, regulado por equivalências fixas ou negociadas. Só esse último caso é resultado do regateio entre as partes e está limitado especificamente a uma determinada instituição, aos mercados criadores de preços, autorreguláveis (POLANYI, 1976, p. 311).

A perspectiva de Polanyi mostra que um tipo de mercado, o autorregulável ou criador de preços, é recente e artificial. Polanyi se volta para as civilizações pré-capitalistas para demonstrar que não é possível encontrar esse tipo de mercado fora do capitalismo. Segundo Caillé (1998), aqueles que defendem que o mercado é histórico e recente, incluindo Polanyi, afirmam que, nas sociedades selvagens, os bens que circulam não são comprados ou vendidos, ou mesmo intercambiados ou trocados. Na verdade, os seus movimentos eram regidos pela lógica da tripla obrigação de dar, receber e devolver, bem estudada por Mauss (1968), e Malinowsky (2005). No seio de tal lógica, o objetivo de todos os membros dessas sociedades é uma competição para ser o mais generoso e grandioso possível. Além disso, os bens essenciais postos em circulação não se revestem de um caráter utilitário, mas suntuário ou prestigioso. Os grandes ciclos de trocas suntuárias narrados pela etnologia, *potlatch*, *kula*, *tee*, *moka*, não têm a dimensão comercial (CAILLÉ, 1998, p. 132-133).

Pode-se argumentar, entretanto, que nenhum povo, nenhuma cultura, ignorou a possibilidade e a realidade de troca interessada. Nos interstícios do *Kula*, a troca nobre e cerimonial dos trobriandeses, se realiza na troca utilitária,

o *Gimwali*. Do mesmo modo, a troca não é ignorada, diz-nos Marcel Mauss, pelos Kwakiutl, realizadores do *plotach*. Poderá discutir-se se esses intercâmbios abertamente interessados se desenvolvem na forma de troca, assemelhando-se, assim, a uma troca mercantil sem moeda. A resposta provavelmente seria negativa. Mas não há dúvida de que o conjunto das culturas que valorizam fortemente o dom, a prodigalidade e o altruísmo, não o faz por ignorância do utilitário, do cálculo e do interesse, mas, pelo contrário, devido ao perigo do caos que pode causar este espírito de ganância calculado que elas assimilam à guerra. Portanto, tais culturas acreditavam que a troca interessada e utilitária gangrene o corpo social subordinando hierarquicamente o utilitário ao não utilitário e o interesse ao dom (CAILLÉ, 1998, p. 137).

Polanyi objetivou diferenciar a perspectiva formalista da substantiva acerca do mercado, e tomou o mercado autorregulável ou criador de preços como característico das sociedades capitalistas, produto de uma mutação histórica. Neste sentido, o termo mercado não é definido *necessariamente* pelo mecanismo de oferta-demanda-preço, mas sim por uma conjunção de características institucionais, chamadas de elementos de mercado. Em primeiro lugar, o mercado é constituído por um lugar, fisicamente presente; em segundo, por aglutinações de ofertantes ou de demandantes. Essas multidões se definem como uma multidão de sujeitos desejosos de adquirir ou de desfazer-se de produtos no intercâmbio. A separação entre as multidões de ofertantes e demandantes configurou a organização de todos os mercados pré-modernos. Os intercâmbios podem se concretizar por equivalências fixas sob as formas de integração caracterizada pela reciprocidade ou redistribuição, ou por equivalências negociadas, gerando uma forma específica de integração, com mercados criadores de preços. Só com estes elementos é que se pode falar de mercado. Finalmente, há os elementos funcionais, como a situação geográfica, os produtos que se trocam, os costumes e as leis.

Esta definição a categoria “mercado”, levou a negar a existência de elementos “constituintes” do mercado criador de preços em realidades históricas pré-capitalistas, pautadas nas formas de integração: reciprocidade e redistribuição, predominantes em tais sociedades. É esta negativa que pode ser questionada a partir de trabalhos atuais interpretativos da economia antiga, em particular da Grécia antiga. É a perspectiva de Sege Latouche (1998) sobre a distinção entre o *mercado* (ou os mercados com um “m” minúsculo) do Mercado,

em outros termos, os mercados concretos, lugares de mercado, reuniões de mercados e o Mercado teórico, ao mecanismo Mercado da teoria econômica, distinção que entendemos ser mais frutífera para o entendimento do lugar do mercado em diferentes sociedades no tempo e espaço. Esta distinção não é, necessariamente, baseada no fato de que os mercados concretos ignoram a impessoalidade, que estejam sujeitos a restrições (como a terra, ou o trabalho), que seus preços sejam tributados (mesmo se muitas vezes isso venha a acontecer), ou que estejam submetidos a limitações geográficas (LATOUCHE, 1998, p. 149).

O Mercado, este mercado com um grande “M”, supõe que todos os homens realizam cálculos sistemáticos de interesse. Consequentemente todos, se os homens obedecem à lógica utilitarista, necessariamente deve haver Mercado. Cada indivíduo deve estar pronto para negociar tudo o que possui (incluindo o seu próprio corpo e sentimentos) e tudo o que deseja. A interconexão dos agentes calculistas fez do Mercado não apenas um lugar central onde os preços são criados, mas um não lugar (uma utopia) onipresente. No caso dos mercados fictícios, não sabemos o que afixou os preços discutidos, nem como se fez a centralização. Ele é tudo e não está em nenhuma parte. Que os preços refletem às alegações da teoria é questionável, mas que a vida social das sociedades modernas é dominada por um conjunto de mercados interconectados e interdependentes é inegável. Certamente, não há mercado (pelo menos não ainda) para tudo, mas a ideia daqueles que defendem o imperialismo do econômico sobre o social é de que as áreas não atingidas pelos mercados devem entrar em conexão com os mercados reais para formar o Mercado. A sociedade de Mercado existe, mesmo se o Mercado autorregulável seja um mito.

Os “lugares de mercados” são portadores de uma *força de anonimato* desde suas origens. De acordo com a fórmula de Mauss (1968), o bem substitui o penhor (garantia, laço). O produtor ignora o consumidor, o vendedor não está preocupado com o comprador. A despersonalização, para uma esfera muito limitada, é mais alargada do que no mercado moderno. Somente os produtos competem em um encontro inusitado. No entanto, mesmo se há algo próximo da *despersonalização*, o mercado é um *encontro* entre pessoas e não entre duas funções. A barganha é uma relação social com um compromisso entre as partes envolvidas com o fito de se evitar que a despersonalização total

não elimine qualquer um dos participantes. Entende-se que a “solução” do mercado foi escolhida na história sempre que o estabelecimento de um vínculo social era impossível ou indesejável ou que o relacionamento anterior estivesse se tornando insuportável (LATOCHE, 1998, p. 154-157).

A mercantilização também atua sobre os mercados tradicionais, por vezes de forma mais intensa do que no Mercado. Não só os homens e as mulheres são objetos de mercados com a escravidão, mas entre os Hausa, no Níger, uma verdadeira comercialização dos corpos faz parte das atitudes mentais. No entanto, toda a atividade do mercado está voltada para o ritual sacrificial. Pode-se supor que nas cidades mercantis antigas “tudo é comprado e vendido”, mas, diferente do Mercado, esta sociabilidade mercantil se retrai diante de outra sociabilidade mais essencial e não mercantil, como a religiosa ou altruísta. É a articulação dessas sociabilidades que deve ser interrogada (LATOCHE, 1998, p. 157).

As sociedades pré-capitalistas apresentam uma diversidade muito grande de trocas, com características diversas. Se a perspectiva de Latouche auxilia-nos a conceitualizar os diferentes tipos de mercados em sociedades pré-capitalistas e sua relação com o comércio, devemos nos perguntar: como se caracterizavam esses mercados? Apresentado o modelo polanyiano de mercado para a Grécia antiga, interrogando-nos como sua perspectiva contribui ou se constitui em obstáculo para a caracterização dos mesmos. É só apreciando o *topos* polanyiano frente aos novos trabalhos que poderemos ter uma ideia mais clara do alcance de seu modelo e de sua contribuição ao debate atual da economia e sociedade da Grécia antiga.

OS MERCADOS INTERDEPENDENTES E A OIKONOMIA

A reflexão histórica é, por vezes, um patrimônio transmitido de geração em geração. A interpretação da economia antiga foi profundamente marcada desde o século XIX (e mesmo por vezes desde o século XVIII, de acordo com David Hume) pela comparação com a economia do mundo moderno. Esta comparação se situa, desde o início, em um terreno evolucionista. No século XIX, o debate se cristaliza em torno de uma tipologia dos estágios históricos rigorosamente diferenciados por Karl Bücher (1901): economia doméstica fechada, economia urbana (com trocas sem intermediário) e a economia nacional (com uma série de intermediários). Essa tipologia abriu

caminho para um intenso debate entre aqueles que acreditavam que a economia antiga era uma economia doméstica fechada, os “primitivistas”, e aqueles que defenderam a tese modernista, sendo, no início, Eduard Meyer (1955) o seu principal representante, qualificando a economia antiga como uma réplica, reduzida quantitativamente, mas qualitativamente semelhante, da economia contemporânea. Apesar do triunfo inicial da tese modernista, a partir do início do século XX, em 1909, Max Weber (1998) intervém no debate e direciona a reflexão no sentido da grande questão do nascimento do capitalismo: quais são os elementos que levaram o mundo antigo a não ser, contrariamente ao mundo medieval, o cadinho do capitalismo? De fato, mesmo se, em Weber, a reflexão integra uma visão completa da economia antiga, a orientação da explicação para um elemento de natureza psicológica se torna dominante. A marca de referência para descrever a economia antiga torna-se uma análise dos comportamentos, campo onde a nossa documentação é mais relevante (DESCAT, 2006, p. 255-256).

Nas pegadas de Weber (1998) e Haseboek (1993), Moses Finley vai popularizar e fazer triunfar nos anos de 1970, com a publicação em 1972 do livro *The Ancient Economy*, a tradição primitivista. O conceito de “economia antiga” (Oriente Próximo excluído) foi definido pelo historiador de Cambridge pela “existência de uma estrutura cultural e psicológica comum” (FINLEY, 1980, p. 42). Este conceito se impôs na comunidade dos historiadores, mesmo que encontremos aqui e alhures alguns adversários. Esta nova ortodoxia definia a economia antiga como preponderantemente agrícola, autossuficiente na esfera local, com artesanato e monetarismo restritos e ausência de um verdadeiro mercado de trabalho e de investimento. A forte influência polanyiana se evidencia quando Finley faz a distinção entre o pensamento econômico dos modernos e as observações, banais aos seus olhos, que os textos gregos chamam de *oikonomia*. O autor levanta a seguinte questão: Será que é “uma falha intelectual” ou “a consequência da estrutura da sociedade antiga”? (FINLEY, 1980, p. 23). É a segunda solução, que ele escolhe.

Esta escolha é guiada pela ideia de que os antigos não criaram as condições para mercados interdependentes, impossibilitando-os estabelecer uniformidades estatísticas ou a formulação de leis do comportamento econômico. Daí a impossibilidade do desenvolvimento de um conceito de economia da análise econômica. Diante disso, Finley negou qualquer

possibilidade de se encontrar no mundo antigo mercados interdependentes, e ignorou os mercados concretos ou “imperfeitos”. Tais posições convergem com as de Polanyi, que defende a ausência de um mercado autorregulável no mundo antigo, integrador de todo o mundo grego, mas não do mercado local, *a ágora*, típico da Grécia clássica, que foi, em primeiro lugar, uma reação às formas de distribuição feitas pelas *households* senhoriais, que contribuíram para enfraquecer as relações de reciprocidade tribais e, em segundo, um meio pelo qual a democracia mantinha a subsistência de seus cidadãos.

Apesar de alguns trabalhos posteriores aos de Finley e Polanyi demonstrarem a presença de mercado na Grécia antiga, estes herdaram, segundo Pébarthe (2012) de forma mais implícita que explícita, a permanência de uma explicação que endossa a ausência de conhecimento econômico antigo em termos de mentalidade. Em outros termos, os gregos tiveram a coisa, mas não a palavra. Dito de outra forma, eles tiveram a instituição, mas não o conceito. Esta perspectiva demanda um reexame de fontes literárias, em especial os tratados de *oikonomia*, que são muito poucos, menos de 10 livros.

O gênero *logos oikonomikos* apareceu no século V. No século seguinte, muitos deles são tratados. Eles, no entanto, permitem desenhar os contornos da *oikonomia*, o trabalho, o lucro, a gestão, o dinheiro, os ganhos. E até o século V, o conceito de *oikonomos* implica ter recebido um *oikos*, usando os recursos do *oikos* com medida, preservar o *oikos*. A função sempre recai sobre as mulheres. No século IV a.C., é próprio do homem. A *oikonomia* torna-se um aspecto do comportamento global do homem na cidade. Esta evolução está relacionada com o aparecimento dos *logoi oikonomikoi*, o nascimento de um novo tipo de *logos* que resulta da evolução da economia ateniense (PÉBARTHE, 2012, p. 134-135).

A *oikonomia*, sem dúvida, difere da economia do século XXI. Nascida em um determinado contexto intelectual, não tem por vocação inicial entender os preços, a produção, ou até mesmo o comércio. É antes de tudo política, no sentido do termo grego, no cruzamento das instituições e práticas sociais. Deve ser entendido que a *oikonomia* não é a economia porque nunca se propôs a ser. Esse não foi o seu objetivo. Será que isso significa que os gregos não tinham economia, que eles não conheciam o *princípio do mercado*?

Se os gregos não tiveram uma palavra para designar o princípio do mercado, quando surgiu a necessidade, eles recorreram à metonímia. Como compreender o decreto de Mégara? Tucídides, no livro I de A Guerra do

Peloponeso, evoca a decisão ateniense. Durante o debate em Esparta, em 432 a.C., os megarianos se queixaram do acesso negado às portas do império e da *ágora* ática. Alguns meses mais tarde, os espartanos alertaram os atenienses: eles iriam evitar a guerra, se eles revogassem o decreto sobre Mégara. A possível revogação foi debatida em Atenas, e Péricles, cujo discurso é relatado por Tucídides, promete permitir o acesso à *ágora* e aos portos, se Esparta, entretanto, não expulsasse os atenienses e seus aliados

[...] Agora, porém, mandemos de volta esses homens [os embaixadores espartanos] respondendo que a Mégara permitiremos o uso de nosso mercado e de nossos portos, se também os lacedemônios não expulsarem nenhum de nossos concidadãos nem de nossos aliados (TUCÍDIDES, *A Guerra do Peloponeso*, I. 144.2).

De que *ágora* se fala então? Nos Arcanenses (533-534), Aristófanes reserva uma resposta inicial a esta pergunta. Um megariano não pode ter acesso a Atenas, por terra ou por mar; ele não pode mais caminhar no espaço controlado por Atenas, em outras palavras, na *arche*. Quando Diceópolis declara a paz, ele estabelece a sua própria *ágora* em que se apresenta logo um megariano, agora livre para vir comprar e vender. Ao mesmo tempo, a exclusão da terra implica aquela da *ágora*. Na verdade, como chegar ao centro da cidade sem entrar no território da cidade? Portanto, é provável que a referência à *ágora* de Aristófanes faça referência direta ao texto do decreto em si.

De modo mais geral, o poeta descreve as consequências da exclusão da *ágora* e das portas da *arche*. O continente, isto é, toda a região situada ao norte de Mégara está fechada aos megarianos. Isso implica que todas as *agorai* da ática estão com seus acessos proibidos. Assim Plutarco parece compreender a decisão de Péricles:

Aos Coríntios, que se irritaram e acusaram os Atenienses em Esparta, associaram-se os Megarenses, culpando aqueles [os atenienses] de os afastarem e excluírem de todos os mercados e de todos os portos que dominavam, contra os direitos comuns e os juramentos feitos pelos Gregos (PLUTARCO, *Vida de Péricles*, 29.4).

Os megarianos estão excluídos de todas as *agorai* da Ática e dos portos da *arche*. A expressão *agorai attikè* implica uma proibição geral para os megarianos de vender e comprar qualquer mercadoria em Atenas, ou seja, em toda a cidade.

Ele descreve bem o aparecimento de todo o território cívico como um mercado. Nesse sentido, *ágorai attikè* está mais perto do mercado (*market principle*) que do lugar de mercado (*place market*) (PÉBARTHE, 2012, p. 137).

Se o Pireu, como todo *empóron* é um território, consequentemente, toda Atenas aparece como um espaço de prosperidade para o mundo grego. É o que supõe Xenofonte (Poroi, 1.6-7. apud, PÉBARTHE, 2012, p. 137) que retrata a cidade de Atenas como o centro do mundo grego. Por terra ou por mar, para ir de um lado para o outro da Grécia, deve se passar por Atenas, centro de um círculo. Assim, o *empóron* e a *ágora* significam, ao mesmo tempo, por um lado, um território e um espaço, e, por outro, uma instituição que permite a alocação de recursos. Parece simplista considerar, portanto, que os gregos tinham a coisa, o mercado (*ágora ou marketplace*), mas não a ideia, instituição, mercado (*princípio de mercado*). Para Pébarthe, a dimensão mercantil da economia grega é óbvia, uma vez que nenhuma mentalidade particular pode justificar a falta de conhecimento econômico antigo. O mercado está claramente dentro das categorias intelectuais dos gregos antigos (PÉBARTHE, 2012, p. 138).

MERCADO LOCAL E COMÉRCIO ADMINISTRADO

Segundo Polanyi, a *pólis* herdou as tradições tribais, tanto aristocráticas quanto democráticas, e estabeleceu as condições para um tipo de redistribuição que se contrapôs aos efeitos demolidores das *households* senhoriais autossuficientes. Tais condições foram criadas, em primeiro lugar, pela convicção dos gregos de que *pólis* era sinônimo de civilização e, por isso, a subordinação do indivíduo à *pólis*, ao Estado, era completa tanto na esfera política quanto na militar, impedindo qualquer ideia de direitos individuais. Tal ideia de uma responsabilidade total da *pólis* sobre os cidadãos estendeu-se ao plano econômico, sendo vital o controle da subsistência de seus cidadãos. O Estado coletava mercadorias, serviços, dinheiro, tesouro e grãos e os armazenava nos celeiros do Estado ou, em casos emergenciais, nas *households*. Mas, como redistribuir essas mercadorias em um sistema democrático? Como manter a igualdade e a participação dos cidadãos na política, sem deixá-los ficar à mercê de homens ricos sedentos de uma clientela própria por meio de distribuição de alimentos em suas próprias *households*? Finalmente, como evitar a instalação de uma burocracia, considerada como antítese da participação direta de todos os cidadãos na vida política? (POLANYI, 1977, p. 150-173).

A solução para essas questões foi o pagamento em dinheiro a todos os cidadãos que participavam dos cargos no Estado – tribunais, *boulé* e forças armadas - ou mesmo apenas nas assembleias –, e a utilização desse dinheiro em um mercado local que vendesse alimentos a varejo. A distribuição de alimento por meio de um mercado não foi facilmente aceita pelas facções políticas mais conservadoras, que viam no mercado local uma forma de fortalecimento da facção política democrática e um enfraquecimento de seu poder político, pois criava uma alternativa à distribuição de alimento, efetuada pelas *households* senhoriais. O contraste entre os dois centros de redistribuição, o *oikos* senhorial e a *pólis* democrática, é mais claramente expresso no conflito entre Címon e Péricles. O primeiro, um rico líder conservador, convidava seus vizinhos e dependentes para refeições livres em seus domínios, além de um generoso desempenho de *liturgias*, enfraquecendo o poder político de Péricles, também um rico membro da aristocracia, que via nessas práticas um obstáculo para o desenvolvimento do sistema democrático. Daí o incentivo de Péricles às práticas do mercado local, a *ágora* (POLANYI, 1977, p. 178). Eis aí, a junção do caráter político da *pólis* – manter a subsistência de seus cidadãos – com o papel redistributivo da *ágora*.

Desde o século VI a.C., Atenas possuía um tipo de mercado onde o alimento, leite fresco e ovos, legumes frescos, peixe e carne – era vendido a varejo. Em geral, esses artigos eram produtos da vizinhança, vendidos por homens e mulheres camponeses, por dinheiro ou por barganha. O freguês, que procurava por sua comida no mercado, era o trabalhador pobre ou transeunte que não tinha *household* própria. Nem o comerciante recém-chegado nem o residente próspero frequentavam o mercado local primitivo, uma prova de que ele servia às necessidades das pessoas comuns. Também figuravam como características da *ágora* as fronteiras rígidas, as especificações de quem e com quem poderiam comercializar, a existência de inspetores oficiais de mercado e os tipos de mercadorias a serem vendidas. Tudo isto nos mostra a preocupação da *pólis* com o tipo de mercado que funcionava em seu interior. Portanto, diferente do planejamento burocrático em larga escala do Egito, o mercado local representava em Atenas um planejamento em pequena escala, mas ocupava um lugar crucial para a constituição política da democracia da *pólis* (POLANYI, 1977, p. 167).

Polanyi insere o mercado local, a *ágora*, no interior das relações políticas. Ele é um elemento fundamental na teia das relações de poder e no fortalecimento da democracia. Segundo Descat (2006), na medida em que as cidades eram dotadas de instituições precisas e diversificadas, o mercado tornou-se um espaço delimitado, com edifícios e equipamentos, sujeito a regulamentações públicas e monitorado por juízes especializados. Em meados do século VI a.C., os espartanos modificaram profundamente suas instituições. Eles criaram a magistratura da *éphora*: os cinco *éphoros* são colocados no final da *ágora*. Para além de suas atribuições políticas e jurídicas, eles tinham o papel de julgar os processos nascidos dos contratos. No início, os *éphoros* podem ter sido os supervisores dos mercados? A manutenção da ideia de *éphora* (que significa, em grego, o supervisor) anexada aos responsáveis da *ágora*, que serão, na maior parte do tempo, nas cidades os *agronomes*, é um traço constitutivo da *ágora* grega. Podemos assim constatar que a nova instituição da *ágora* configura-se no decurso de um período que vai do século VII a.C. a meados do século VI a.C. (DESCAT, 2006, p. 258-260).

Uma lei soloniana publicada em 594 a.C. marca o certificado de nascimento do mercado de Atenas. Tal lei submetia a troca ao controle da cidade. Antes de Sólon, todos aqueles que, na Ática, tinham um excedente, podiam trocá-lo como bem lhes pareciam com os estrangeiros, quer fora, quer dentro do território, em locais considerados mais ou menos como “neutros”, os “mercados de fronteira” (*agorai ephorai*), não controlados, ou quase, pela cidade. Sólon elimina a possibilidade de cada cidadão alienar os seus produtos diretamente (exceto o azeite, porém, mais tarde o azeite irá acompanhar também a mesma regra). Os atenienses de agora em diante estão obrigados a vender na Ática os seus produtos em um lugar preciso, na *ágora*. O mercado é criado em um contexto que define as regras para a cidade, que pode sempre modificá-lo no interesse da comunidade, por exemplo, proibindo a venda aos estrangeiros se houver escassez de alimentos (DESCAT, 2006, p. 261).

Descat amplia a visão polanyiana ao introduzir o comércio de homens como um dos motivos do nascimento da *ágora*. A supressão em Atenas da servidão por dívidas, libertando uma população dominada, os *hectómoros*, que poderiam ser escravizados na Ática ou vendidos no exterior, não se dá só em Atenas. Por volta da mesma época, em Corinto, o tirano Periandro estabelece uma lei que proibia os cidadãos de adquirir escravos. Essas medidas

mostram o papel que as novas elites assumem nas trocas com o exterior e as demandas pela aquisição de escravos. Essa elite acentua as formas de pressão social para obter bens de troca, a ponto de até mesmo transformar categorias tradicionais de dependentes em escravos. É a esta “liberdade” de ação da elite social nos intercâmbios que destina-se as medidas solonianas: estes comportamentos podem ser considerados como preocupantes à cidade e se tornaram insuportáveis, na troca dos bens e na confusão do estatuto dos homens. Esta nova situação conduz, assim, às medidas relativas à troca dos bens e do estatuto dos homens e levam à criação de um mercado em que as regras sejam definidas. O mercado é a salvaguarda da sociedade, porque ele define os estatutos e os bens. É provável, aliás, que as relações de trabalho a partir de agora sejam geridas no âmbito da *ágora* como aparecem mais tarde, por exemplo, no século IV a.C.: nos negócios que devem ser julgados mais rapidamente, dentro de um período de um mês, há a ação de restituição de um capital emprestado para fazer negócios na *ágora*. O controle da “liberdade” individual da transação e o controle da dívida por contrato são as bases da nova *ágora* no meio da cidade (DESCAT, 2006, p. 262-263).

Polanyi acreditava que o mercado local nada tinha a ver com o comércio estrangeiro; ambos tiveram origens separadas e independentes. Havia uma separação institucional não somente entre comércio e comerciantes internos e externos, mas também entre seus lugares e preços. O *empóron* estava localizado no porto de Atenas, no Pireu, e a sua separação do resto da cidade era simbolizada pelas pedras fronteiriças que circundavam a cidade e a separavam do próprio Pireu que, legal e institucionalmente, era uma parte de Atenas. Apesar de não haver dados concretos sobre o movimento de preços de grãos, é possível inferir que os mesmos não variavam, na época, de acordo com as flutuações de preços no *empóron*. Na medida em que o movimento de preços de grãos estava diretamente relacionado a eventos políticos, sua variação era proporcional ao poder naval de Atenas em relação ao resto do mundo grego. Dessa forma, quanto maior o controle de Atenas, maior a possibilidade de monopólio sobre a compra de grãos e, conseqüentemente, maior a possibilidade de preços baixos.

Atenas sempre se preocupou em manter o preço do grão na *ágora* abaixo do preço do *empóron*, inclusive com mecanismos rígidos de controle, como, por exemplo, a proibição de intermediários e a imposição de um limite quantitativo

de compra de grãos no *empóron*. Um dos artificios mais utilizados para isso foi o apelo ao desejo de *status* e orgulho dos comerciantes e *metecos*. Os magistrados persuadiram, ou tentaram persuadir, os comerciantes a venderem seu grão a um “preço justo”, cinco dracmas, independente de quanto estivesse o preço no *empóron*, em troca de honras especiais oriundas de decretos da cidade. Além de vender a preços mais baixos, o comerciante era induzido a contribuir com dinheiro, para que a cidade comprasse grãos para serem revendidos a cinco dracmas para a população. O resultado dessas políticas era o de “unir” o preço da *ágora* ao do *empóron*, o que para Polanyi, constituía um traço de continuidade do passado redistributivo de Atenas (POLANYI, 1977, p. 236-238).

O *empóron* era, na tipologia de Polanyi sobre o comércio, um exemplo do comércio administrado, mas, especificamente do “porto de comércio”, que pressupunha corpos comerciais relativamente estáveis e amparava-se em tratados mais ou menos formais. Tanto a importação como a exportação eram organizadas por canais governamentais, que arrecadavam as mercadorias para exportação e distribuíam as mercadorias importadas. Em geral, havia predomínio dos interesses importadores. Os métodos administrativos se estendiam à toda atividade comercial, como os acordos sobre as “taxas” ou proporções em que se intercambiavam as unidades, as facilidades portuárias, o intercâmbio físico das mercadorias, a vigilância, o controle do pessoal comercial, a regulação dos “pagamentos”, os créditos e as diferenças de preços. O regateio, em virtude do predomínio das equivalências, só estava presente sobre os elementos alheios ao preço, como as medidas, a qualidade do produto e os meios de pagamento (POLANYI, 1976, p. 307).

O “porto de comércio”, local de todo comércio estrangeiro administrado, é geralmente situado na costa, nas fronteiras do deserto, na nascente do rio, ou no encontro de planícies e montanhas. A função do “porto de comércio” era oferecer segurança militar para o anfitrião, proteção civil para os comerciantes estrangeiros, facilidades de ancoramento, desembarque, estocagem e armazenamento e servir como autoridade judicial. No período clássico, o *empóron* era destinado ao comércio estrangeiro e tinha seu próprio porto, cais, armazéns, hospedarias de marinheiros e edifícios administrativos. O *empóron* clássico, em geral, tinha seu próprio mercado de alimento (POLANYI, 1976, p. 244). Para Polanyi, a configuração geográfica e política das regiões da Grécia, em que estavam situados os suprimentos de grãos e as rotas de comunicação

foi fundamental para o desenvolvimento do uso de métodos administrativos de comércio em vez do comércio de mercado. Polanyi aprofunda a tese de Hasebroek (1993), segundo a qual o comércio de grão foi resultado de uma política de Estado, e não de uma política comercial. De acordo com tal ideia, Polanyi afirma que a provisão de suprimentos e suas rotas comerciais foram garantidas pelos meios militares e políticos.

A política estrangeira ateniense nunca foi inspirada por interesses comerciais; ela buscava garantir o suprimento de grãos para seus cidadãos, posto que a Ática não tinha um solo propício para a produção de grãos, mas sim para a produção de oliva. Essa dependência da importação de grão refletiu-se no pensamento social e político grego, e a necessidade sempre insatisfeita de suprimento alimentar adequado fez do princípio da autossuficiência – autarquia – o postulado de sua existência e de sua teoria do Estado. Tal princípio está presente em algumas legislações, como a de Sólon, preocupadas em extrair a maior quantidade possível de grão para Atenas e evitar o movimento dos mesmos para fora de Atenas. Não era permitido a nenhum residente ateniense transportar grão para qualquer lugar, exceto para Atenas. Portanto, o controle militar ateniense sobre o comércio de grão era completo. Para garantir sua supremacia, Atenas proibiu todos os navios, a não ser aqueles que levavam grãos para Atenas, de entrar no Mar Negro (POLANYI, 1977, p. 199-216).

A ameaça da perda do suprimento de grão do Peloponeso foi o principal motivo da entrada de Atenas na Guerra do Peloponeso, resultado do objetivo ateniense de controlar o suprimento ocidental de grão. Portanto, o comércio de grãos dominava a política estrangeira, como comércio administrado, e não como comércio de mercado. O comércio administrado estava perfeitamente ajustado à política naval ateniense, interessada no controle de rotas e nos suprimentos vitais de importação, e aos objetivos redistributivos do Estado. Neste sentido, não somente o comércio de grãos, mas o comércio, em geral, era comércio administrado. O comércio de madeira, do qual Atenas era extremamente dependente, o de ferro e o de bronze estavam regulamentados por monopólios e tratados que beneficiavam Atenas. O comércio de escravos, – gênero de primeira necessidade no período clássico – principalmente em seu primeiro estágio, era comércio administrado. Como era, em sua grande maioria, oriundo de fornecimento externo, gerava diversos problemas físicos, tal como, armazenamento e deslocamento, como também problemas de avaliação

financeira. Já o comércio de artigos de luxo era um subproduto derivado do comércio administrado de mercadorias de primeira necessidade. Existia em função da talassocracia ateniense.

O crescimento da atividade econômica, no final do século IV a.C., em Atenas, em uma escala sem precedentes – estimulado, em grande parte, pelo crescimento no comércio marítimo –, combinado com as mudanças nas práticas e instituições sociopolíticas constitui, para Edmund Burke (1992), um movimento de autonomia (*disembedding*) da economia da cidade. Partindo deste pressuposto, Burke analisa as circunstâncias específicas que envolvem o aumento extraordinário da atividade comercial em Atenas no final do século IV e examina as mudanças decorrentes destas transformações nos fenômenos sociopolíticos. Contudo, este genuíno *disembedding*, certamente, não causou uma erradicação da atividade econômica de seu contexto sociopolítico, mas resultou em transformações na esfera sociopolítica.

Contribuiu para estas transformações a mudança do papel dos comerciantes estrangeiros, particularmente o *naukleros* e *emporos*, caracterizados como uma massa de proletários a serviço da Cidade-Estado, como um estamento negativamente privilegiado depois da Guerra do Peloponeso em Atenas. A concessão de honras, como a *proxenia*, o direito ao acesso à propriedade da terra, e o próprio acesso à cidadania são evidências claras da inserção destes setores ao estamento positivamente privilegiado dos cidadãos. Na prática, os *proxenoi* eram cidadãos de uma *pólis* reconhecidos oficialmente como amigos e representantes de outras *pólis*. É uma instituição que parece ter experimentado alguma mudança como uma consequência do comércio marítimo no Egeu na era clássica. Como uma prática diplomática, a *proxenia* parece ter se desenvolvido da *xênia*, instituição que, próxima ao casamento foi a chave para forjar ligações entre as elites nos séculos X e IX a.C. (BURKE, 1992, p. 205). Dessa forma, o típico *proxenos* serviria em seu estado natal como convidado amigo da *pólis* que ele representava. Destarte, em sua concepção e em sua prática inicial, a *proxenia* refletia uma ética elitista e, como a *xênia*, era uma instituição *embedded* (imersa) na estrutura das relações sociais arcaicas, fazendo pelos Estados o que a *xênia* fazia pelos indivíduos.

Em Atenas, sabemos que a *proxenia* era concedida por decreto público, debatida e votada pela Eclésia. Parece claro que muitos dos honoráveis que tinham herdado seu *status* como *proxenoi* herdaram, sem dúvida, a similaridade

entre as instituições de elite da *xénia* e da *proxenia*. Parece uma inferência clara de tudo isso que na era clássica a *proxenia*, se não usada ativamente para favorecer a atividade comercial marítima, pelo menos, ajudou a fortalecer o vínculo das relações interestaduais das quais tal comércio dependia, pois, desde o final do século V e do século IV há vários exemplos em que Atenas e outros estados designaram como *proxenoi* homens ativamente envolvidos em comércio marítimo (BURKE, 1992, p. 207). Os indivíduos reconhecidos não eram mais só membros da elite, mas homens engajados no comércio e foram citados pela Eclésia como benfeitores, garantindo o reconhecimento e o encorajamento como qualquer outro honorável.

Concomitantemente, foi típico da era arcaica que a posse da terra fosse uma prerrogativa exclusiva dos cidadãos da *pólis*. Na realidade, a cidadania em si, assim como o *status* de cidadãos, frequentemente foi definida em termos de posse da terra (BURKE, 1992, p. 208). Até o final do século V não encontramos em Atenas evidência de concessões concedidas a cidadãos estrangeiros permitindo-os posse do terra na cidade. Subsequente à Guerra do Peloponeso, contudo, há evidência de mudança. Sabemos que uma consequência da guerra foi um êxodo de Atenas de *metecos*, um fato que contribuiu para as dificuldades econômicas da cidade no final dos anos de 350 a.C. e nos anos de 340 a.C.. Ademais, o encorajamento de comércio marítimo, incluindo, o movimento de grão, emerge como o principal motivo conhecido na doação da concessão.

O que é especialmente notável aqui é que as concessões distribuídas durante esse período deram aos não cidadãos engajados no comércio um direito que, às vezes, tinha sido a prerrogativa exclusiva dos cidadãos, de fato, um direito pelo qual a cidadania em si tinha sido definida e a partir do qual o *status* de cidadão e a atividade econômica eram derivados. Desse modo, mais do que a alteração de uma prática sociopolítica com o objetivo de promover a atividade econômica, as últimas concessões são evidências de uma prerrogativa que, às vezes, tinha definido a atividade econômica apropriada e natural de um cidadão, agora usada para beneficiar os não cidadãos engajados em um tipo de atividade econômica diferente daquelas exercidas por cidadãos (BURKE, 1992, p. 210). Na realidade, um comparável ajuste é observável na concessão da cidadania em si. Há, na segunda metade do século IV, um movimento iniciado por volta de 360, de aparente ajuste nos motivos para a concessão da cidadania, com o objetivo de encorajar abertamente aqueles homens envolvidos no comércio marítimo.

Não parece exagerado especular que a crescente consciência econômica no final do século IV influenciou a cidade a encorajar aqueles efetivos no comércio marítimo. Que a deficiência em grão pode ter estimulado tal interesse, não altera o que parece ser na prática, um notável ajuste.

Não obstante tal realidade transformar as relações de *status* e incluir os comerciantes marítimos na comunidade de cidadãos, não se produziu uma economia de mercado genuína, criadora de preços, segundo Burke, mas sim uma transformação nas relações sociopolíticas de uma economia *embedded*, à medida que os comerciantes, longe de se tornarem um grupo social diferenciado e autônomo, graças ao seu papel e suas atividades econômicas, se transformaram, não todos é claro, em elementos constitutivos daquela sociedade, legitimando o *status quo*, isto é, o domínio de um estamento positivamente privilegiado, a comunidade de cidadãos.

Ademais, o papel da elite em financiar o comércio ou outras atividades, mais frequentemente por meio de intermediários, era um traço constante da Antiguidade. Se olharmos para os mundos de Homero e Hesíodo, nós podemos perceber dois padrões. Primeiro, o comerciante profissional, que leva as mercadorias para longas distâncias. Na *Odisseia* é tipicamente um fenício: uma ocupação integral para um povo marítimo, que é mais experiente tanto na arte de navegar como no comércio. Segundo, há o comerciante ocasional, o camponês que, de acordo com Hesíodo, podia vender sua própria produção: nesse caso, o comércio é uma ocupação de tempo parcial, uma viagem de curta distância em um barco de manejo simples, a cabotagem. Mas a nova realidade do período arcaico foi o surgimento do comerciante grego como tal, que viajava pelo Mediterrâneo e desempenhava o papel anteriormente feito pelos fenícios. Esse tipo de comércio não foi uma atividade casual do camponês, querendo complementar sua renda no fim da estação, mas uma ocupação que envolvia um investimento importante de tempo e dinheiro. No final do século VII e no século VI a.C., ocorrem novos desenvolvimentos que foram as estruturas do comércio grego. Nas mais avançadas *poleis*, não havia obstáculo legal de qualquer tipo para as atividades comerciais, estando os aristocratas envolvidos nessa estrutura comercial (BRESSON, 2003, p. 142-143).

Os gregos exerceram um papel de relevo nas diversas formas de conectividade no Mediterrâneo. Segundo Bresson (2005), os gregos iniciaram sua expansão nos séculos X e IX a.C., primeiro seguindo as mesmas rotas dos

micênicos, porém estendendo seus esforços até os horizontes mediterrâneos mais distantes. Eles alcançaram seu apogeu no final do período arcaico e começo do período clássico, quando se estabeleceram na maioria das costas do Mar Mediterrâneo. Por meio da intervenção dos gregos ou dos fenícios, qualquer ponto na costa mediterrânea estava potencialmente em ligação com qualquer outro. Deveria também ser salientado que duas redes de comunicação, a fenícia e a grega, não eram desconhecidas entre si. Ao contrário da visão que anteriormente prevaleceu, os gregos eram numerosos em Cartago e no oeste da Sicília. Ao mesmo tempo, grupos de fenícios ou cartagineses estavam presentes em Atenas no período clássico, e escavações em Corinto provaram a existência de comércio direto com Cartago. Os gregos e os fenícios, desse modo, elevaram a um nível sem precedente o grau de ligação entre os povos do Mediterrâneo (BRESSON, 2005, p. 102-103).

Assim, o comércio foi uma atividade que poderia ser desempenhada de maneira permanente, mesmo que supostamente não ocupasse uma vida toda. Podia ser, e provavelmente muitas vezes assim o era, somente uma atividade que cobria um período de vida. Quando Sólon desempenhou uma atividade comercial, o que mais era ele se não um mercador? É importante salientar que quem praticava uma atividade comercial durante parte de sua vida não seria marcado de uma maneira especial, sendo isolado do resto da sociedade, ou sendo alvo de alguma indignidade especial ou restrição social.

Para Polanyi, os mercadores gregos, *metecos* ou estrangeiros, constituíam um estrato inferior, pois, diferente dos mercadores no Oriente, comercializavam por ganho, e não por honra, como os *tankarum*, na Mesopotâmia. Complementando a posição de Hasebroek, Polanyi compartilha a ideia de que o comércio era apenas um campo para o investimento do capital e uma fonte de receita para o Estado. Entretanto, Atenas agia em favor dos comerciantes marítimos em razão da enorme interdependência de interesses daqueles com o corpo de cidadãos atenienses, e também da dependência de alimentos importados que se sobrepunha às considerações de *status* social na mente dos indivíduos atenienses (REED, 2004, p. 51-77). Na prática, os atenienses não rejeitavam quaisquer comerciantes, se cidadão ou estrangeiro. Platão e Aristóteles representavam um ponto de vista tradicionalista que defendia a separação de cidadãos e estrangeiros. Para Platão, o comércio estrangeiro era uma ocupação degradante, que não deveria ser desempenhada por cidadãos,

mas somente pelos *metecos*. Todavia, na história de Atenas, não foi a ideologia da exclusão de estrangeiros e comerciantes estrangeiros que triunfou. Xenofonte defendia oferecer assentos dianteiros no teatro para os *emporoi* e *nauklêroi* que agiam como benfeitores da cidade. A realidade da comunidade comercial nas cidades gregas, seja Atenas, Rodes, Cós, ou outra cidade, era de um grupo misto de estrangeiros que usava essa cidade como uma base. Em Cós, por exemplo, o grupo comercial era composto pelos *empóroi* e *nauklaroi* que tinham seu ponto de partida na cidade, uma categoria que abarcava tanto os cidadãos como os *metecos* (BRESSION, 2003, p. 160-161).

Como se tem frequentemente salientado, a separação entre o *empóron*, onde o comércio externo era realizado, e a *ágora*, lugar de comércio local, foi fundamental para a estrutura de intercâmbio e comércio nas cidades gregas. As exigências do “mundo do *empóron*” estimularam uma importante evolução judicial representada em sua forma mais avançada pelo sistema ateniense de *dikai emporikai* (casos comerciais). Essa evolução tendeu a abolir a distinção legal entre estrangeiros e cidadãos em assuntos comerciais. O caso era julgado conforme seu objeto, não conforme as nacionalidades dos envolvidos. Qualquer que fosse sua origem, os comerciantes eram necessários para garantir um nível suficiente de conectividade, que servia aos interesses tanto de indivíduos (para contatos comerciais, ou, noutros termos, para se assegurar a oportunidade de comprar mercadorias e vender produtos), como da comunidade-estado (por causa dos impostos comerciais). Na Grécia antiga, o comércio não era separado das estruturas da *pólis* e, mesmo que lá não encontremos uma “aristocracia mercantil”, também não se pode afirmar que os agentes do comércio fossem, párias pobres, cuidadosamente mantidos à boa pelas cidades distância (BRESSION, 2003, p. 162-163).

O MERCADO E AS TROCAS NO SEIO DE UMA ECONOMIA EM VÁRIOS NÍVEIS

As considerações de Polanyi sobre o comércio administrado complementam sua tipologia dos mercados gregos, fundamentada na percepção do papel do Estado, *pólis*, na vida econômica e social daquela sociedade. A sociedade grega, segundo Polanyi, marca a transição entre as sociedades sem mercado e as sociedades com mercado. Esta transição é apresentada por ele de forma clara no estudo dedicado ao pensamento de Aristóteles. Para ele,

Aristóteles vive precisamente o momento do surgimento do mercado de Atenas, um dos primeiros casos de *city market* (mercado da cidade), “como uma inovação perturbadora”. Aristóteles defende o intercâmbio para manter a autarquia, sendo assim natural e, conseqüentemente, justo. Esse intercâmbio deveria manter a coesão da comunidade, atendendo aos seus interesses, e não os dos indivíduos. O “preço justo” ou fixo identificava-se com o comércio natural e era fruto de costumes e de fatores extra-econômicos. Já o intercâmbio com ganho era antinatural, e a flutuação de preços, indesejável. Assim, a troca derivava da instituição da distribuição dos bens necessários com o propósito de abastecer os membros da família para que chegassem ao nível de autossuficiência. À medida que se podiam aplicar termos legais a condições tão primitivas, a transição se referia a uma transação em espécie, limitada em quantidade às necessidades reais do solicitante, realizada em termos de equivalência e com exclusão do crédito. O intercâmbio era, nesse contexto, parte de um comportamento de reciprocidade, em contraste com os critérios comerciais de ganho (POLANYI, 1976, p. 135-137).

Entretanto, quando nos perguntamos até que ponto os gregos orientaram suas atividades de produção para o mercado e qual o grau de integração de suas trocas em um plano mais geral e de longa duração, as conclusões de Polanyi nos parecem insuficientes, apesar de não equivocadas.

É no período arcaico, com o movimento que nós costumamos chamar de “colonização”, que o mundo grego teve sua primeira expansão significativa. Mas seria imprudente procurar ali os vestígios de uma economia de mercado, mesmo em áreas limitadas, principalmente porque a documentação é muito rara e muito dispersa para permitir uma análise desse tipo, e, sobretudo, porque não havia ainda a cunhagem, que só foi introduzida relativamente tarde, no final do século VII a.C., ou mesmo mais tarde, no início de VI a.C. Esse processo estaria bem avançado no período clássico, porque uma grande parte das trocas do mundo Egeu foi organizada em torno de Atenas e do Pireu, sendo os negócios lá tratados em moeda ateniense. Porém, é em meados do século V que aparece o primeiro traço de um mercado sistemático. Plutarco diz que Péricles foi vendia suas colheitas do ano para comprar no mercado (*ágora*) todo o necessário para as suas famílias. A simbiose entre a cidade e o campo era estreita, especialmente para a produção de vinho, cuja cultura em ânforas e exportação foram sistematicamente organizadas. Além disso, a

cidade controlava o comércio de uma vasta zona costeira do continente vizinho (MIGEOTTE, 2008, p. 71).

A produção artesanal e o mundo dos negócios oferecem exemplos comparáveis. No período clássico, algumas empresas atenienses podiam atingir um tamanho considerável, como a fábrica de escudos de Képhalos, que tinha 120 escravos. No século IV a.C., a maioria das concessões das minas do Laurio estava nas mãos de ricos cidadãos atenienses: no final do século anterior, Nícias fez trabalhar ali mil escravos e tinha acumulado uma fortuna colossal. Sob circunstâncias favoráveis, um lucro significativo podia ser esperado do comércio, e poderia dizer que quanto maior o risco (por causa da guerra, do embargo comercial etc.), maior é o lucro esperado (BRESSON, 2003, p. 150-151). De acordo com Christesen (2003), os investimentos feitos pela elite ateniense no século IV a.C. eram caracterizados pela análise racional na busca de receitas maximizadas, com dispêndio de tempo, energia, dinheiro e tecnologia relativamente avançados a fim de alcançar os mais altos retornos para seus investimentos. A hierarquia dos lucros estava relacionada com os riscos das aquisições. Nessa hierarquia, a propriedade imobiliária apresentava os menores riscos. Os empréstimos ligados à terra, e a mineração de prata representavam na Atenas no século IV a.C., aventura especulativa, por excelência, contudo os custos altos eram compensados por um lucro potencialmente espetacular. Uma avaliação qualitativa da correlação entre riscos e lucros na Atenas do século IV a.C. indica que os investidores avaliavam frequentemente os méritos relativos às alternativas abertas e demandavam um lucro proporcional aos riscos antecipados. Essa correlação não se originava das ações de poucas pessoas dispersas, mas era a realidade de um ambiente econômico povoado por investidores que empregavam uma racionalidade econômica com a maximização de receita como preferência dominante (CHRISTESEN, 2003, p. 53).

Tal opinião expressa certo exagero formalista, mas parece-nos inegável que os ricos sabiam avaliar os riscos e probabilidades de se beneficiar, como fizeram na exploração das minas. São enumerados, nos textos atenienses do período clássico, cem nomes de negócios relacionados com a produção de bens materiais, estando um quarto ou um terço dos cidadãos trabalhando nesta área, além de *metecos* e escravos. Tal diversidade é apenas explicável pela intensidade do comércio, do qual boa parte era certamente orientada para a exportação. Poderíamos multiplicar os exemplos. Mas eles não devem obscurecer a realidade humilde, que não deixou vestígios tão explícitos (MIGEOTTE, 2008, p. 71).

Com efeito, o tecido ordinário do mundo grego foi composto por uma infinidade de pequenas cidades, próximas do que podemos chamar de vilas rurais, onde o modelo dominante continuava a ser o do camponês estabelecido em suas próprias terras. Praticando uma agricultura mista, que combinava a policultura e um pouco de criação, o campesinato procurou explorar sua terra ao máximo, diversificar as culturas alimentares e, em previsão de más safras, armazenar as reservas por vários anos: praticava principalmente uma agricultura de subsistência, com base no ideal de autarquia. Na Ática do século V a.C., para a qual temos dados, sabemos que muitos cidadãos, hoplitas, possuíam apenas pequenas parcelas de propriedade no tamanho de mais ou menos cinco hectares em média, às quais eles poderiam adicionar terras arrendadas. As trocas não foram, obviamente, excluídas, mas serviam apenas para executar uma parte do fluxo excedente e obter o necessário na escala local ou regional. Um bom exemplo é o das Cyclades e outras pequenas ilhas do mar Egeu que, entre 500 e 200 a.C., viveram dos seus próprios recursos e do comércio nas proximidades. O comércio grego no século V, portanto, não pode ser entendido como uma única zona de trocas que funcionava sempre da mesma forma, mas sim como um conjunto de áreas comerciais regionais que se relacionam umas com as outras. E Atenas representa uma economia parcialmente de mercado, que conquistou uma parte dos circuitos econômicos, mas não todos (MIGEOTTE, 2008, p. 74).

Na Ática, os *oikoi* rurais permaneceram como lugares de processamento de produtos agrícolas, criação, colheita e exploração de gado: se praticava a moagem de grãos, a preparação de pão e bolos, o esmagamento e a prensagem de azeitona e lã, a prensagem de uvas, cardação, fiação e tecelagem de lã e do linho, o trançado de vime, a preparação das tinturas, a molhagem e a prensagem das peles, a preparação de carvão etc. (MIGEOTTE, 2008, p. 75).

Mas a relação entre a cidade e campo passou por transformações importantes a partir do século IV a.C.. Osborne (2002) procurou demonstrar que o modelo da “cidade consumidora” de Weber (2004), desenvolvido por Finley (1980), no qual as cidades antigas contavam com seu interior para sustentar o trabalho improdutivo urbano ligado à política, administração e religião não explica a receita que os cidadãos ricos necessitavam para financiar suas obrigações políticas. A produção rural era tão dependente de mercados urbanos quanto à cidade era dependente de produtos agrícolas. O fluxo

monetário entre mercados urbanos e propriedades rurais não era somente uma troca econômica, mas envolvia relações de poder, e foi estimulado pelo dinheiro colocado em circulação pela economia da *pólis*. Em resumo, um número significativo de atenienses ricos necessitou de grandes somas em dinheiro, e não somente ocasionalmente, mas regularmente. *Horoi* ilustram algumas das razões mais abertamente proclamadas para arranjar dinheiro em grandes somas; as liturgias ilustram, mas provavelmente não esgotam a grande demanda pública por dinheiro. A Atenas do século IV a.C. obrigou o proprietário a contribuir filantropicamente tanto para a comunidade local como para a *pólis* em geral. Tudo isso sugere que o campo também necessitava de dinheiro a partir do mercado (OSBORNE, 2002, p. 126).

O arrendamento de terras por homens ricos não parece ter sido uma prática voltada para satisfazer apenas suas próprias necessidades por alimento. Orgulho e o alto valor social propriedade de terras estão presentes em tais arrendamentos, mas um desejo por uma fonte adicional de receita pode ter influenciado tais homens e encorajado tais arrendamentos. As vantagens econômicas potenciais para o arrendatário poderiam incluir a possibilidade de se fazer uso mais eficiente de mão de obra por meio de economias de escala, possibilidades de diversificação, ou simplesmente a aposta em se fazer um lucro rápido.

Mesmo fosse possível para a agricultura gerar uma oferta suficiente a partir da produção agrícola para arrecadar dinheiro, é possível gerar demanda suficiente para tal produção? Deve ter existido alguma demanda para a produção agrícola no próprio campo, a partir tanto daqueles cuja terra era insuficientemente produtiva para encontrar suas necessidades como também aqueles que se concentravam em produzir somente uma ou duas safras de sua terra. Sempre que a produção de uma propriedade é descrita, uma variedade de safras pode ser vista a ser cultivada, e isso é exatamente o que esperaríamos em uma situação onde a maioria das propriedades consistia de lotes discretos de terra desfrutando de diferentes condições ecológicas e ajustadas para diferentes usos. Os dois principais mercados para produção agrícola dentro da Ática devem ter sido a cidade e, pelo menos para o meio da metade do século IV a.C., a região de mineração, onde talvez 10.000 ou mais escravos podiam ser empregados. A cevada poderia ser observada como alimento particularmente adequado para escravos (OSBORNE, 2002, p. 128-129).

Os séculos seguintes viram recuar as pequenas propriedades em favor de grandes domínios. O fenômeno não tem a mesma intensidade ou o mesmo ritmo, mas somente a partir do século IV a.C., e intensificado no final do III a.C. e se expande até o período imperial, na Grécia da Europa e Ásia Menor. Uma parte crescente da agricultura tornou-se mais especializada, uma vez que muitos dos grandes proprietários tiveram privilégios com a arboricultura, viticultura e criação de animais e, utilizando uma abundante mão de obra livre e servil, orientaram mais sua produção para o mercado. Eles provavelmente conheciam os numerosos livros de agronomia, botânica e dietética que floresceram no período helenístico e que prolongou o espírito de empreendedorismo dos *Logoi oikonomikoi* do período anterior. Verdadeiras empresas se desenvolveram. Por exemplo, a raça ovina de Mileto, que produzia uma lã de alta qualidade, foi difundida na região e permitiu a exportação de vestuário reconhecido. Nos anos 167-160 a.C., Mileto negociou com o rei selêucida uma isenção de direitos aduaneiros para todos os produtos exportados do seu território para o reino, provavelmente produtos da terra e também de sua indústria têxtil. Em Rodes, muitos dos notáveis foram os proprietários de terras e estavam empregados nos negócios; nos vales bem irrigados de Hermus e de Meandro, a criação de ovelhas, a cultura do linho e cânhamo e a fabricação de têxteis, vestuário, tapetes e cordas foram organizadas para exportação. Exemplos desse gênero se multiplicam no período imperial e refletem o projeto de desenvolvimento dos negócios, não só entre os *metecos*, mas também entre os melhores cidadãos da sociedade. Certamente, eles permaneceram fiéis aos valores do patrimônio, às rendas das fortunas da terra e às relações pessoais e familiares. Mas, ao mesmo tempo, eles entenderam a importância das atividades econômicas, conheciam o preço da riqueza e as regras de desempenho, e sabiam como usar e investir sua riqueza. Eles sabiam gerir e expandir seus negócios, certamente não com os métodos do capitalismo moderno, mas de forma racional e consistente com o conhecimento de seu tempo. Nós os vemos como comerciantes, empreiteiros e proprietários, particularmente nas grandes cidades comerciais como Rodes, Bizâncio, Éfeso ou Nicomédia (MIGEOTTE, 2008, p. 75-77).

Ao mesmo tempo, os contatos, as viagens e o comércio aumentaram e se ampliaram, apesar de terem sido muitas vezes dificultados ou paralisados localmente, especialmente na segunda metade do período helenístico, pela instabilidade política e pelas guerras, além dos perigos do banditismo e

pirataria. Mas, de certa forma, a própria guerra foi um empreendimento econômico destinado à apropriação da propriedade da terra, dos bens e das riquezas, e serviu como um estímulo econômico. Quanto à pirataria, ela foi significativamente reduzida a partir de 67 e a *Pax Romana* surgiu gradualmente durante o Império, enquanto Roma construiu uma rede de estradas. Helenismo e urbanização ganharam cada vez mais a Ásia Menor ocidental, onde a expansão das cidades e o número de populações de língua grega estavam no auge no século II d.C. e no início do século seguinte. Ao mesmo tempo, tornando-se o único meio de avaliação de bens e serviços, a moeda atingiu mais influência na formação dos preços, dando um papel mais claro para a lei da oferta e da procura e encorajando o desenvolvimento do crédito e dos bancos. Além disso, a despeito da permanência de moedas locais e tradicionais, o processo de unificação começou com a expansão das corujas atenienses para a maior parte do Mediterrâneo Oriental e do Oriente Médio, cujas cunhagens eram abundantes, e, a partir de Augusto com a moeda imperial.

É preciso notar, por outro lado, que aumentou a intervenção do governo no comércio. Certamente, os cidadãos de cada cidade, envolvidos com as decisões coletivas, sempre deixaram a maior parte do comércio para a iniciativa privada e nunca tiveram a ambição de controlar ou direcionar esse domínio além das necessidades relacionadas aos seus próprios interesses e aos de sua cidade. Assim se estabeleceu uma cerrada rede de relacionamentos, o que tornou o mundo grego um conjunto mais fluido e homogêneo, não obstante as muitas fronteiras e a lentidão dos transportes (MIGEOTTE, 2008, p. 77-78).

No entanto, mesmo se o mercado e se tornasse cada vez mais importante, mesmo dominante, em áreas abertas, como a costa ocidental da Ásia Menor, o fenômeno nunca resultou em um grande mercado integrado que tivesse regulado todas as atividades econômicas o Mediterrâneo Oriental. Não se deve esquecer as muitas atividades que as fontes costumam deixar na sombra: cada cidade pressupunha como um centro urbano e um campo que garantia pelo menos uma parte do seu abastecimento; a agricultura permaneceu como uma atividade dominante e o modelo do *autourgos* persistiu amplamente. Mesmo os ricos cidadãos, apesar de sua ocupação, de um modo geral, se mantiveram fiéis aos valores tradicionais da propriedade da terra; por outro lado, os mercados locais e regionais continuaram a desempenhar um papel importante, especialmente para produtos perecíveis, que eram de consumo corrente e não

podiam cruzar grandes distâncias. Basta citar o exemplo de Delos, durante seu período de independência: a policultura de subsistência perdurou, bem como o comércio com as Cíclades vizinhas, e os preços continuaram a flutuar de acordo com as condições locais ou regionais. As coisas mudaram radicalmente a partir de 166, quando o *empóron* délio foi declarado porto livre pelo Senado romano: o contraste entre os dois períodos é eloquente (MIGEOTTE, 2008, p. 77-78).

Uma enorme lacuna persiste entre as cidades comerciantes e as cidades tradicionais. Nós não temos nenhuma forma de medir o peso relativo de umas e de outras, mas percebemos o contraste, por exemplo, entre os principais portos do Egeu Oriental e pequenas cidades das ilhas ou do interior da Ásia Menor. É claro que os fluxos comerciais foram ampliados em grande escala e que alguns preços, como o dos grãos, têm apresentaram significativas flutuações. A economia de mercado era, assim, uma realidade, pelo menos em algumas regiões e em determinadas proporções. Mas o mundo grego permaneceu dividido em um grande número de redes de intercâmbio. Os comerciantes tinham, provavelmente, suas áreas de escolha, e conheciam as rotas onde eles tinham suas vantagens e desfrutavam de relações de hospitalidade. Eles se aproveitavam das diferenças de preços de uma área para outra, a essas redes eram articuladas e funcionavam também em conjunto com o comércio à distância. Contudo, o mundo grego como um todo não experimentou um mercado de trabalho, a não ser em casos pontuais, criados por empreendimento público. As interações e trocas econômicas entre as comunidades marítimas do Mediterrâneo Oriental cresceram em intensidade durante o período helenístico e contribuíram, em certa medida, para a criação de um mundo único a partir do que era até então um conjunto de zonas econômicas menos íntimas e superficialmente ligadas.

Em suma, mesmo nos períodos romano e helenístico, a economia das cidades gregas era muito diversa, mas é possível, mesmo que simplificando, reconhecer três níveis sobrepostos e parcialmente interligados: uma fragmentação de produção e de trocas locais, variadas e em parte autárquicas; uma multidão de mercados regionais bem desenvolvidos onde se negociavam muitos produtos; e diversas redes de intercâmbio em grande escala para uma série de produtos, incluindo itens de luxo. Os dois últimos níveis de atividades se encontravam principalmente orientados para o mercado. Portanto, a partir dessa constatação, Migeotte (2008, p. 81) afirma que as cidades gregas se caracterizam como uma “economia de mercados”, com todas as nuances apontadas.

CONCLUSÃO

Polanyi, um dos protagonistas de uma tradição de pensamento que acentua os aspectos diferenciadores da economia antiga em relação à economia moderna, foi feliz em acentuar o papel da *pólis*, e os interesses políticos daqueles que exerciam o poder político, como elemento fundamental das relações econômicas – em consonância com o seu arcabouço teórico que situava a economia *embedded* no seio das relações sociais. Porém, ao subestimar a capacidade de formulação e ação dos diversos atores sociais envolvidos nas relações econômicas – a sua reflexão sobre Aristóteles corrobora esta perspectiva – obscureceu as possibilidades de trocas realizadas em um mercado parcialmente integrador. O comércio administrado é um conceito útil, mas não pode ser utilizado para explicar a ausência de um comércio mercantil.

O conceito de mercado local, o tipo *ágora*, foi utilizado com o objetivo de acentuar o caráter redistributivo da *pólis*. A influência da antropologia funcionalista, preocupada com os aspectos integradores da sociedade, levou Polanyi a acreditar que o homem é “naturalmente” propenso às relações de reciprocidade e redistribuição. Assim, em uma sociedade pré-capitalista, com a presença do mercado, como a Grécia antiga, a lei da oferta e da procura e o mercado interdependente não estariam presentes. Entretanto, algumas interpretações atuais da economia e da sociedade da Grécia antiga as definem como uma sociedade de mercados com elementos do Mercado: impessoalidade, flutuação de preços e uma mentalidade voltada para o cálculo. Contudo, isto não significa classificar tal sociedade como mercantil no sentido moderno do termo, porque o grau de integração de seus mercados e o caráter cultural atribuído às suas atividades de intercâmbio, articulado com seu modo de produção, são diferentes. Aí residem as diferenças de desenvolvimento do mercado entre o “antigo” e o “moderno”.

THE SUBSTANTIVISM'S KARL POLANYI AND THE CURRENT MODELS OF APPROACH OF THE MARKET IN ANCIENT GREECE

ABSTRACT

The work of Karl Polanyi about the ancient economy has been a reference to the current interpretations of the society and economy of ancient Greece. Embedded within the social

relations, the local market - agora - is an extension of the redistributive interests of the polis, inserted in administered trade, different from modern market, characterized by the supply and demand. The purpose of this paper is to rethink the Polanyian model on the market in ancient Greek world, through current models, inquiring the characteristics of the self-regulating markets the dividing feature between the “ancient” and the “modern”.

KEYWORDS: *Ancient Economy. Classic Greece. Karl Polanyi. Market.*

REFERÊNCIAS

ARISTÓFONES. **Os Acarneneses**. Tradução M. de F. de Sousa e Silva (Org.) Coimbra: Centro de estudos clássicos e humanitários da Universidade de Coimbra, 1980.

BRESSON, A. Merchants and Politics in Ancient Greece: Social and Economic Aspects. In: ZACCAGNINI, C. (Ed.). **Mercanti e Política nel Mondo Antico**. Roma: L’Erma, 2003. p. 139-163.

_____. Ecology and beyond: the Mediterranean Paradigm. In: HARRIS, W.V. **Rethinking the Mediterranean**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 94-114.

BÜCHER, K. **Études d’histoire et d’économie politique**. Bruxelas; Paris: Henri Lamertin Éditeur; Félix Alcan Éditeur, 1901.

BURKE, E. The economy of Athens in the Classical Era: Some Adjustments to the Primitivist Model. **Transactions of the American Philological Association**, Baltimore, 122, 1992, p. 199-226.

CAILLÉ, A. Notes sur la question de l’origine du marché et de ses rapports avec la démocratie. In: SERVET, J-M, MAUCOURANT, J; TIRAN, A. **La modernité de Karl Polanyi**. Paris: éd. L’Harmattan, 1998. p. 131-146.

CARVALHO, A. G. **Historiografia e paradigmas: a tradição primitivista-substantivista e a Grécia antiga**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CLANCIER, Ph. ; JOANNÈS, F. ROUILLARD, P. ; TENU, A. (Ed.). **Autour de Polanyi**. Vocabulaires, théories et modalités des échanges. Paris : De Bocard, 2005.

CHRISTESEN, P. Economic rationalism in fourth-century Bce Athens. **Greece and Rome**, 50, 1, april 2003, p. 31-56.

DESCAT, R. Le marche dans l'économie de la Grèce antique. **Revue de synthèse**, 2, 2006, p. 253-272.

FINLEY, M. **A Economia Antiga**. Porto: Ed. Afrontamento, 1980.

HASEBROEK, J. **Trade and politics in Ancient Greece**. London: Biblio and Tannen, 1993.

LATOUCHE, S. Le concept de marche. Sociétés marchandes et société de marché. In: SERVET, J-M; MAUCOURANT, J; TIRAN, A. **La modernité de Karl Polanyi**. Paris: éd. L'Harmattan, 1998. p. 147-158.

MALINOVSKY, B. **Argonauts of the Western Pacific. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea**. London: Routledge, 2005.

MANNING, J. G.; MORRIS, I. **The ancient economy**. Evidence and models. Stanford, California: Stanford University Press, 2005.

MAUCOURANT, J. Le marché, une institution entre économie et histoire. Manuscrit auteur, publié dans **Cahiers lillois d'économie et de sociologie**, n° HS-2006 (2007) 87-108. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-190874/fr>.

MAUCOURANT, J. **Avez vous lu Polanyi?** Paris: Flammarion, 2011.

MAUSS, M. **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF, 1968.

MEYER, E. **Estudios sobre la teoría de la Historia y la Historia económica y política de la Antigüedad**. México; Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 1955.

MIGEOTTE, L. Les cites grecques: une économie à plusieurs niveaux. In: ROMAN, Y.; DALAISON, J. **L'économie antique, une économie de marché?** Actes des deux tables rondes ténues à Lyon les 4 février et 30 novembre 2004. Paris: Soc. des Amis de J. Spon, De Boccard, 2008. p. 69-86.

NAFISSI, M. **Ancient Athens & Modern Ideology**. Value, theory & evidence in historical sciences. Max Weber, Karl Polanyi & Moses Finley. London: Institute of classical studies, 2005.

OSBORNE, R. *Pride and Prejudice, sense and subsistence: Exchange and society in the Greek city.* In: SCHEIDEL, W; VON REDEN, S. (Org.) **The ancient economy.** New York: Routledge, 2002. p. 114-132.

PÉBARTHE, C. *La chose et le mot. De la possibilité du marché em Grèce ancienne.* In: KORAY, K. **Stephanèphoros de l'économie antique à l'Asie Mineure.** Bordeaux: Ausonius, 2012. p. 134-135.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas.** Tradução de Ana Maria Guedes Ferreira e Ália Rosa Conceição Rodrigues. Péricles e Fábio Maximo. Coimbra: Centro de Estudos clássicos e humanísticos, 2010.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, K.; ARENSBERG, M.; PEARSON, H. W. **Comercio y mercado en los imperios antiguos.** Tradução de Alberto Nicolás. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.

POLANYI, K. **The livelihood of man.** New York; San Francisco; London: Academic press, 1977.

POLANYI, K. *On the comparative treatment of Economic Institutions in Antiquity with Illustrations from Athens, Mycenae, and Alalakh.* In: DALTON, G. **Primitive, Archaic and modern economies.** Essays of Karl Polanyi. Boston: Beacon Press, 1968. p. 306-334.

POLANYI-LEVITT, K. **The life and work of Karl Polanyi.** A celebration. Montreal; New York: Black Rose Books, 1990.

REED, C. C. M. **Maritime traders in the ancient Greek world.** Cambridge: University Press, 2004.

ROMAN, Y.; DALAISON, J. **L'économie antique, une économie de marché?** Actes des deux tables rondes ténues à Lyon les 4 février et 30 novembre 2004. Paris: Soc. des Amis de J. Spon, De Boccard, 2008.

SÁRKANY, M. *Karl Polanyi's contribution to Economic Anthropology.* In: POLANYI-LEVITT, K. **The life and work of Karl Polanyi.** A celebration. Montreal; New York: Black Rose Books, 1990, p. 183-187.

SERVET, J.-M.; MAUCOURANT, J.; TIRAN, A. **La modernité de Karl Polanyi.** Paris: éd. L'Harmattan, 1998.

SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Org.) **The ancient economy**. New York: Routledge, 2002.

TANDY, D. W.; NEALE, W. C. Karl Polanyi's distinctive approach to social analysis and the case of ancient Greece: ideas, criticism, consequences. In: TANDY, D. W.; DUNCAN, A. M. **From political economy to anthropology**. Situating economic life in past societies. Montreal: Black Rose Books, 1994.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de M. da G. Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: UnB, 2004. 2v.

WEBER, M. **The Agrarian sociology of ancient civilizations**. Tradução de Frank R. I. London; New York: Verso, 1998.

ZACCAGNINI, C. (Ed.). **Mercanti e Política nel Mondo Antico**. Roma: L'Erma". 2003.